



POLÍCIA

SIMULADO ESPECIAL

PC BA

Investigador
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PC-BA**, cargo de **Investigador**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/2vTJPr3soN7oM7Qx9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4iFP6yh>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

O caso Master provocou uma grave crise institucional ao envolver, ainda que sob suspeita, integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal (PF). A tensão aumentou após uma discussão entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça, relator da Operação Compliance Zero, responsável por determinar a identificação do destinatário de mensagens enviadas pelo banqueiro Daniel Vercaro.

Nas conversas, Vercaro teria afirmado precisar da proteção de “Andrei” e “Paulo”, nomes associados pela investigação ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet. Segundo uma apuração preliminar da polícia, o interlocutor do banqueiro seria Alexandre de Moraes. Mendonça solicitou uma manifestação da PGR e pediu ao presidente do STF, Edson Fachin, a convocação de uma sessão para que o plenário analisasse publicamente o material.

Embora não haja comprovação de que Andrei Rodrigues ou Paulo Gonet tenham oferecido a proteção desejada, o envolvimento indireto de autoridades das próprias instituições responsáveis pela investigação compromete a credibilidade do sistema de Justiça. Por isso, o texto defende a necessidade de esclarecer se houve contatos, qual foi o conteúdo das conversas e se alguma medida da PF ou da PGR foi solicitada, retardada ou modificada.

Outras mensagens indicariam que Vercaro buscava informações antecipadas sobre operações policiais e tentava mobilizar pessoas influentes para evitar a crise do Banco Master. Dois dias antes de ser preso, ele teria perguntado se precisava deixar o país. O banqueiro também afirmou que Moraes procuraria uma pessoa chamada “Paulo para dar um aperto” durante as negociações de venda de parte do banco ao BRB, mas a identidade mencionada e a possível intervenção ainda não foram comprovadas.

A relação entre Vercaro e Moraes também é examinada em razão dos contratos firmados pelo Banco Master com o escritório de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro. Um dos contratos previa pagamentos

de aproximadamente R\$ 129 milhões, enquanto uma segunda minuta, no valor de R\$ 50 milhões, não teria sido concretizada. A defesa sustenta que a segunda minuta teria sido submetida previamente a Alexandre de Moraes apenas para a verificação de possíveis impedimentos relacionados à atuação do escritório. Essa justificativa pode explicar a participação, mas não elimina a necessidade de apuração sobre o contexto dos contatos.

O escritório afirma ter prestado serviços jurídicos regulares e nega ter atuado para o banco no STF. Apesar dessas explicações, as mensagens e os contratos reforçam, segundo o texto, a necessidade de uma apuração transparente.

1. De acordo com as ideias apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.
- a) O texto afirma que Andrei Rodrigues e Paulo Gonet concederam proteção institucional a Daniel Vercaro.
- b) A crise institucional decorre exclusivamente do contrato firmado entre o Banco Master e o escritório de Viviane Barci de Moraes.
- c) As mensagens recuperadas constituem, por si mesmas, provas definitivas da prática de crimes por todas as autoridades mencionadas.
- d) O comprometimento da credibilidade institucional decorre do fato de as autoridades e instituições responsáveis pela apuração também aparecerem mencionadas nas conversas investigadas.
- e) A atuação do escritório de Viviane Barci de Moraes em processos do Banco Master no STF foi confirmada pela investigação.

2. No trecho “Essa justificativa pode explicar a participação, mas não elimina a necessidade de apuração sobre o contexto dos contatos”, a expressão “**Essa justificativa**” retoma

- a) a afirmação de que Vorcaro possuía conhecimento antecipado de uma operação sigilosa.
- b) a alegação de que o contrato com o escritório previa o pagamento mediante cotas de aeronaves.
- c) a explicação de que a minuta foi submetida a Moraes para a verificação de possíveis impedimentos.
- d) a informação de que André Mendonça solicitou uma manifestação formal da PGR.
- e) a hipótese de que o procurador-geral da República tenha retardado alguma providência investigativa.

3. Considere a oração destacada no trecho:

“O escritório explica **que o documento foi submetido ao ministro para a verificação de possíveis impedimentos.**”

A respeito da oração destacada, assinale a alternativa correta.

- a) É uma oração subordinada adjetiva restritiva, pois delimita o sentido do substantivo “escritório”.
- b) É uma oração subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido do verbo transitivo direto “explica”.
- c) É uma oração subordinada substantiva subjetiva, pois exerce a função de sujeito da forma verbal “explica”.
- d) É uma oração subordinada substantiva completiva nominal, pois complementa o sentido do substantivo “documento”.
- e) É uma oração subordinada adverbial causal, pois apresenta a causa da explicação fornecida pelo escritório.

4. Considerando a correção gramatical, assinale a alternativa em que a transformação de um trecho do texto emprega corretamente o acento indicativo de crase.

- a) Mendonça determinou **à identificação** do destinatário da mensagem enviada pelo banqueiro.
- b) O ministro pediu **à Fachin** a convocação de uma sessão presencial.
- c) As instituições devem proceder **à apuração** rigorosa dos fatos mencionados nas mensagens.
- d) A investigação pretende esclarecer se as autoridades agiram **à favor** do banqueiro.
- e) As mensagens fazem referência **à autoridades** das instituições responsáveis pela investigação.

5. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho apresentado NÃO está de acordo com as regras de concordância da norma-padrão.

- a) O escândalo alcança ministros do STF, a PGR e a direção da PF, instituições responsáveis pela investigação de crimes praticados por autoridades.
- b) A identidade da pessoa chamada “Paulo” e a existência da suposta intervenção ainda precisa ser comprovada.
- c) Não há, até o momento, provas de que as autoridades tenham concedido a proteção pretendida pelo banqueiro.
- d) As mensagens recuperadas no celular do banqueiro tornam o quadro ainda mais comprometedor.
- e) O conjunto das conversas mostra que o banqueiro dispunha de acesso privilegiado aos centros de poder.

6. Com base no excerto:

“Essa justificativa pode explicar a participação, mas não elimina a necessidade de apuração sobre o contexto dos contatos e sobre a **expectativa** que Vercaro depositava no ministro.”

Considerando o contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente o sentido do termo destacado.

- a) Desconfiança acerca da atuação pública do ministro.
- b) Esperança de que o ministro pudesse agir em benefício do banqueiro.
- c) Comprovação de que o ministro interferiu nas investigações.
- d) Obrigação jurídica assumida pelo ministro perante o banco.
- e) Certeza de que a operação policial seria anulada pelo Supremo.

7. Considere o seguinte excerto do texto:

“O escritório explica **que o documento foi submetido ao ministro para a verificação de possíveis impedimentos.**”

Assinale a alternativa em que a oração sublinhada desempenha a mesma função sintática da oração destacada no excerto.

- a) É necessário que as instituições esclareçam os fatos
- b) A expectativa era que as autoridades investigassem o caso.
- c) Os investigadores desconfiavam de que o banqueiro possuía informações privilegiadas.
- d) A Polícia Federal confirmou que as mensagens foram recuperadas do celular do banqueiro.
- e) Os ministros manifestaram o desejo de que o caso fosse analisado pelo plenário.

8. Em “O escritório de Viviane Barci de Moraes, **mulher do ministro**, firmou com o Master um contrato que previa pagamentos de aproximadamente R\$ 129 milhões em três anos.”, as vírgulas foram utilizadas corretamente para

- a) separar um vocativo empregado para chamar a atenção do interlocutor.
- b) isolar uma expressão adverbial intercalada entre o sujeito e o verbo.
- c) marcar a omissão de uma forma verbal anteriormente mencionada.
- d) separar uma oração subordinada adjetiva restritiva, responsável por delimitar o sentido do nome anterior.
- e) isolar um aposto explicativo que acrescenta uma informação sobre Viviane Barci de Moraes.

9. Ainda sobre o trecho “Em “O escritório de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro, firmou com o Master um contrato que previa pagamentos de aproximadamente R\$ 129 milhões em três anos.”, assinale a alternativa correta.

- a) o termo “que” exerce função de objeto direto.
- b) a expressão “de Viviane Barci de Moraes” exerce função de aposto especificativo.
- c) o termo “um contrato” exerce a função de sujeito.
- d) A expressão “pela qual” poderia ser substituída corretamente por “por que”.
- e) A expressão “mulher do ministro” funciona como predicativo do sujeito.

10. Considerando a finalidade comunicativa e as características linguísticas predominantes no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Predomina a função emotiva, pois o texto se concentra na manifestação dos sentimentos pessoais do banqueiro Daniel Vorcaro.
- b) Predomina a função conativa, pois o autor procura convencer diretamente as autoridades mencionadas a adotarem determinadas providências.
- c) Predomina a função referencial, pois o texto apresenta informações, acontecimentos e circunstâncias relacionados às investigações do caso Master.
- d) Predomina a função metalinguística, pois o texto utiliza a linguagem para explicar o significado das expressões presentes nas mensagens investigadas.
- e) Predomina a função fática, pois o objetivo principal do texto é estabelecer e manter o contato entre o autor e os leitores.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. A Polícia Civil da Bahia ofereceu dois cursos de aperfeiçoamento aos 80 policiais lotados em uma delegacia territorial de Salvador. Ao final do semestre, verificou-se que 46 policiais concluíram o curso de investigação criminal, 38 concluíram o curso de tiro defensivo e 12 não concluíram nenhum dos dois cursos. Com base nessas informações, o número de policiais dessa delegacia que concluíram somente o curso de tiro defensivo é igual a

- a) 16.
- b) 22.
- c) 26.
- d) 30.
- e) 34.

12. Para cumprir um mandado de busca e apreensão em Feira de Santana, o delegado responsável deve formar uma equipe com 4 servidores, escolhidos entre os 5 investigadores e os 4 escrivães lotados na delegacia. Por determinação da corregedoria, a equipe deve contar com pelo menos 2 investigadores e pelo menos 1 escrivão. Nessas condições, o número de equipes distintas que o delegado pode formar é igual a

- a) 100.
- b) 126.
- c) 60.
- d) 121.
- e) 40.

13. Durante uma operação de fiscalização realizada pela Polícia Civil da Bahia em uma rodovia estadual, o número de veículos vistoriados a cada hora foi modelado pela expressão $N(t) = -2t^2 + 28t + 30$, em que t representa o número de horas transcorridas desde o início da operação. De acordo com esse modelo, o número máximo de veículos vistoriados em uma hora é igual a

- a) 30.
- b) 68.
- c) 98.
- d) 128.
- e) 212.

14. Se Denise é dentista, então Márcia é médica. Se Márcia é médica, então Paulo não é professor. Sérgio é sociólogo ou Denise é dentista. Ora, Paulo é professor. Dessa forma, é possível concluir que

- a) Denise é dentista e Sérgio é sociólogo.
- b) Márcia é médica ou Denise é dentista.
- c) Sérgio é sociólogo e Márcia não é médica.
- d) se Sérgio é sociólogo, então Denise é dentista.
- e) Paulo não é professor ou Márcia é médica.

15. Norberto, Rafaela e Simone são investigadores da Polícia Civil da Bahia, lotados em delegacias diferentes (Cajazeiras, Itapuã e Pituba), e cada um deles cumpre um turno diferente (matutino, vespertino e noturno). Sabe-se que:

- o investigador lotado em Itapuã cumpre o turno matutino;
- Rafaela cumpre o turno noturno;
- Norberto não está lotado em Pituba;
- Norberto não cumpre o turno matutino.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) Norberto está lotado na delegacia de Itapuã.
- b) Simone cumpre o turno vespertino.
- c) Simone está lotada na delegacia de Pituba.
- d) Rafaela está lotada na delegacia de Cajazeiras.
- e) Norberto cumpre o turno vespertino.

ATUALIDADES

Leandro Signori

16. No dia 1º de maio, o acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Europeia entrou em vigor de forma provisória, após cerca de vinte e seis anos de negociações. O tratado cria uma zona de livre comércio e prevê a redução ou a eliminação de tarifas de importação entre os blocos.

Para o MERCOSUL, a principal vantagem inicial é o maior acesso ao mercado europeu, sobretudo para commodities. A União Europeia eliminará tarifas incidentes sobre mais de cinco mil produtos do bloco sul-americano, incluindo café e minérios como o ferro, manganês, cobre, níquel e alumínio.

Considerando os Estados Partes do Mercosul, exclusive a Venezuela, atualmente suspensa, quais países são membros do bloco:

- a) Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile.
- b) Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Peru.
- c) Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

d) Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

e) Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Equador.

17. No dia 17 de abril, o basquete brasileiro perdeu um de seus maiores ídolos. Natural de Natal (RN), ele é o maior pontuador da história dos Jogos Olímpicos e integra o Hall da Fama da Federação Internacional de Basquetebol (FIBA) e o Hall da Fama da principal liga de basquete do mundo, a NBA, mesmo sem ter atuado na liga norte-americana. Conhecido como “Mão Santa”, o nome desse ídolo do esporte brasileiro é:

- a) Oscar Schmidt.
- b) Wlamir Marques.
- c) Ubiratan Maciel.
- d) Rosa Branca.
- e) Amaury Pasos.

18. No dia 19 de julho, ocorreu a final da Copa do Mundo de futebol masculino, promovida pela FIFA. A seleção vencedora derrotou a adversária por 1 a 0 e conquistou seu segundo título na competição, tornando-se bicampeã. Com a vitória na Copa de 2026, esse país tornou-se o atual campeão mundial tanto no futebol masculino quanto no feminino.

O país que se sagrou-se bicampeão foi:

- a) Argentina.
- b) Inglaterra.
- c) Espanha.
- d) França.
- e) Noruega.

19. Em julho de 2026, tiveram início as obras da Ponte Salvador – Ilha de Itaparica. O empreendimento pretende ampliar a integração entre Salvador, a Ilha de Itaparica e outras regiões da Bahia, reduzindo o tempo de deslocamento e fortalecendo a logística estadual. A execução da obra, entretanto, envolve importantes desafios de engenharia, como a grande profundidade do canal central da baía, a diversidade do solo marinho e a necessidade de revisão de parte das fundações.

O consórcio vencedor, responsável pela construção da ponte, é formado por empresas:

- a) japonesas.
- b) europeias.
- c) estadunidenses.
- d) brasileiras.
- e) chinesas.

20. A segurança pública brasileira apresentou avanços recentes na redução da violência letal. Em julho de 2026, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgou dados referentes a 2025, segundo os quais o Brasil atingiu antecipadamente a meta de redução dos homicídios dolosos prevista para 2027, reforçando a tendência recente de queda da violência letal no país.

A respeito do estudo divulgado e da segurança pública no Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Apesar da tendência de queda, os indicadores revelam importantes diferenças regionais e desafios persistentes no enfrentamento da criminalidade.
- b) O feminicídio pode ter como vítimas mulheres cisgênero e mulheres trans, sendo suficiente, para sua caracterização, que a vítima seja mulher.
- c) A redução dos homicídios dolosos contrasta com o aumento dos casos de feminicídio, nos quais o agressor, em geral, é alguém próximo à vítima.
- d) Santa Catarina e São Paulo apresentam as menores taxas de mortes violentas do país, enquanto o Amapá e a Bahia registram as maiores.

- e) O suicídio permanece como a principal causa de morte entre policiais da ativa no Brasil, superando as mortes de agentes ocorridas em confrontos durante o serviço.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

21. No Windows 11, o Explorador de Arquivos (Windows Explorer) permite ao usuário organizar os dados armazenados no computador. Ao selecionar um arquivo e acessar suas propriedades, é possível:

- a) Alterar automaticamente o conteúdo interno do arquivo sem a necessidade de um aplicativo compatível.
- b) Consultar informações como localização, tamanho, tipo, data de criação e modificar alguns atributos do arquivo.
- c) Executar programas instalados no computador sem que existam permissões de acesso configuradas.
- d) Recuperar obrigatoriamente arquivos excluídos permanentemente sem o uso de ferramentas adicionais.
- e) Criar cópias de segurança completas do sistema operacional sem utilizar recursos externos.

22. Durante a edição de um documento no Microsoft Word, um usuário precisa ajustar a disposição do texto para atender a um padrão de formatação. Para esse objetivo, o recurso de recuo de parágrafo permite:

- a) Alterar automaticamente o tamanho da página e a orientação do documento sem modificar as configurações de layout.
- b) Definir a distância entre caracteres de uma palavra, substituindo as configurações de fonte utilizadas no documento.
- c) Ajustar exclusivamente a distância entre linhas consecutivas, controlando apenas o espaçamento vertical do texto.
- d) Modificar as margens externas do documento, determinando o espaço entre o texto e as bordas da página.
- e) Deslocar o início ou o final dos parágrafos em relação às margens da página, permitindo organizar a estrutura visual do texto.

23. Em uma planilha do Microsoft Excel, um usuário precisa organizar uma tabela de registros de acordo com uma determinada ordem, mantendo os dados relacionados de cada linha corretamente associados. Para realizar essa operação, o recurso de classificação de dados deve ser utilizado de modo a:

- a) Converter automaticamente os valores selecionados em fórmulas para facilitar a ordenação dos registros.
- b) Aplicar filtros permanentes na planilha, impedindo alterações futuras na disposição dos dados.
- c) Ordenar apenas os títulos das colunas, sem modificar a posição dos registros existentes.
- d) Organizar os dados com base em um ou mais critérios, preservando a integridade das informações associadas em cada registro.
- e) Substituir os valores das células por uma sequência numérica criada automaticamente pelo Excel.

24. Sobre Deep Web e Dark Web, é correto afirmar que:

- a) A Deep Web corresponde exclusivamente a conteúdos ilegais, enquanto a Dark Web reúne apenas páginas públicas indexadas pelos mecanismos de busca.
- b) A Dark Web é formada por todos os sites que não aparecem nos mecanismos de pesquisa tradicionais, incluindo páginas privadas de serviços corporativos.
- c) A Deep Web abrange conteúdos não indexados por mecanismos de busca, enquanto a Dark Web representa uma parcela da Deep Web que utiliza redes específicas para ampliar o anonimato dos usuários.
- d) A Deep Web e a Dark Web são termos equivalentes utilizados para identificar qualquer página acessada por navegadores convencionais.
- e) A Dark Web elimina a necessidade de autenticação e criptografia, pois todos os conteúdos são disponibilizados de forma aberta aos usuários.

25. Um sistema utiliza recursos criptográficos para proteger informações sensíveis durante o armazenamento e a transmissão de dados. Nesse processo, a criptografia tem como principal finalidade:

- a) Transformar informações em um formato protegido por meio de algoritmos matemáticos, permitindo a recuperação do conteúdo original apenas por entidades autorizadas.
- b) Substituir mecanismos de autenticação, pois qualquer mensagem criptografada comprova automaticamente a identidade de quem a enviou.
- c) Garantir proteção absoluta dos dados, independentemente do algoritmo utilizado, do tamanho da chave criptográfica ou da implementação adotada.
- d) Ser aplicada exclusivamente em arquivos armazenados localmente, não sendo utilizada em comunicações realizadas por redes.
- e) Impedir qualquer alteração dos dados, eliminando a necessidade de mecanismos complementares de integridade.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO*Ricardo Torques*

26. Segundo a Lei Federal nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, é conceituada como

- a) Desigualdade racial.
- b) Discriminação racial.
- c) Ações afirmativas.
- d) Discriminação étnico-racial.
- e) Desigualdade de gênero e raça.

27. Com base na Constituição do Estado da Bahia, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I – A sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira.

II – Sempre que for veiculada publicidade estadual com mais de duas pessoas, será assegurada a inclusão de uma da raça negra.

III – Com países que mantiverem política oficial de discriminação racial, o Estado não poderá manter intercâmbio cultural, admitido apenas de forma excepcional o intercâmbio esportivo.

IV - A rede estadual de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público civil e militar incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.

- a) Apenas I.
- b) I, II, III e IV.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e IV.

28. A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) dispõe, dentre outros assuntos, sobre o atendimento policial em caso da prática de violência doméstica

e familiar contra a mulher. De acordo com o referido assunto, é correto afirmar que

- a) O policial civil poderá determinar o afastamento imediato do agressor do lar quando o Município não for sede de comarca, independentemente da disponibilidade de delegado de polícia no momento.
- b) Para garantir a correta elucidação dos fatos, deve o policial realizar sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo.
- c) A verificação da existência de registro de porte ou posse de arma de fogo deve ser determinada pelo juízo, não cabendo à autoridade policial fazê-la de ofício.
- d) Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.
- e) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidoras - obrigatoriamente do sexo feminino - previamente capacitadas.

29. O Decreto 4.377/2002 promulgou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979. De acordo com a referida norma internacional,

- a) Todo contrato ou outro instrumento privado de efeito jurídico que tenda a restringir a capacidade jurídica da mulher será considerado anulável.
- b) A adoção de medidas especiais, destinadas a proteger a maternidade, não se considerará discriminatória.
- c) Em matérias civis, deve ser reconhecido à mulher uma capacidade jurídica similar à do homem.
- d) Os espousais de uma criança deverão ter efeito legal reconhecido.
- e) A adoção de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher será considerada discriminatória.

30. A Lei 13.341/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. De acordo com a referida legislação, o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária é denominado de

- a) Escuta ativa.
- b) Depoimento especial.
- c) Escuta especializada.
- d) Depoimento impróprio.
- e) Escuta passiva.

MEDICINA LEGAL

Juliana Sganzerla

31. No exame de corpo de delito de uma vítima de agressão física na região metropolitana de Feira de Santana/BA, constatou-se a presença de lesões contusas na superfície corporal. À luz da traumatologia forense e do estudo das energias de ordem mecânica, assinale a alternativa correta:

- a) A rubefação é uma lesão contusa caracterizada pelo extravasamento de sangue em cavidade neoformada por rompimento de vasos calibrosos, apresentando solução de continuidade na epiderme.
- b) A bossa sanguínea é uma coleção hemorrágica profunda que se infiltra difusamente nas malhas dos tecidos moles, não apresentando qualquer relação ou dependência de plano ósseo subjacente.
- c) O impacto direto de instrumentos de formato cilíndrico (como cassetetes, bastões ou barras de metal) provoca uma infiltração hemorrágica que se manifesta sob a forma de duas equimoses longas, paralelas e simétricas, poupando a zona exata de impacto, lesões estas denominadas de víbices.
- d) A escoriação é uma lesão que atinge a epiderme e a derme profunda, caracterizando-se pela formação obrigatória de crosta melicérica ou

hemática mesmo nos casos de agressão *post mortem*.

- e) A equimose e o hematoma são classificados, de acordo com a Classificação de Borri, como lesões típicas decorrentes da ação vulnerante de agentes de ordem bioquímica.

32. Um cadáver é encontrado em uma residência em circunstâncias suspeitas de morte violenta por constrição cervical. O exame perinecropsópico e a necropsia revelam achados fundamentais para determinar a causa e a dinâmica da morte. De acordo com o diagnóstico diferencial clássico das asfixias mecânicas por constrição cervical, assinale a alternativa correta:

- a) No enforcamento, o sulco cervical é caracteristicamente horizontalizado, contínuo em toda a circunferência do pescoço, de profundidade uniforme e localizado tipicamente abaixo da cartilagem tireoideia.
- b) A presença de um sulco cervical descontínuo, de trajeto oblíquo ascendente e de profundidade desigual localizado acima da cartilagem tireoideia é característica patognomônica de estrangulamento por tração antebraquial.
- c) A esganadura caracteriza-se pela constrição cervical ativa exercida por laço sob força diversa do peso da vítima, apresentando sulco transversal uniforme e presença conspícua de estigmas ungueais.
- d) Conforme as consolidações diferenciais de Bonnet, o enforcamento apresenta sulco oblíquo ascendente, descontínuo, de profundidade desigual e situado acima da cartilagem tireoideia; ao passo que o estrangulamento exibe sulco horizontal, contínuo, de profundidade uniforme e situado abaixo da referida cartilagem.
- e) Nos casos de suspensão incompleta, a asfixia por enforcamento torna-se mecanicamente impossível, devendo o perito classificar o evento como sufocação direta manual.

33. A análise de ferimentos produzidos por projéteis de arma de fogo é de vital importância para as investigações da Polícia Civil. Considerando os efeitos primários e secundários do tiro estudados pela Balística Terminal, assinale a alternativa correta:

- a) Nos disparos encostados efetuados contra regiões anatômicas com plano ósseo subjacente, os gases gerados pela deflagração penetram no ferimento, chocam-se contra o osso e retornam, descolando e rasgando a pele de dentro para fora, o que resulta em uma ferida estrelada de bordas laceradas e evertidas, denominada Câmara de Mina de Hoffmann.
- b) O anel de Fisch é um efeito secundário exclusivo de disparos de arma de fogo de alta velocidade realizados a curta distância, sendo formado pela fusão das zonas de tatuagem, esfumaçamento e queimadura.
- c) A zona de esfumaçamento é produzida pela incrustação de grânulos de pólvora incombusta na espessura da derme, o que confere a esse vestígio um caráter permanente e não removível por lavagem simples com água e sabão.
- d) O Sinal de Benassi é caracterizado pela impressão do cano e da massa de mira na pele da vítima, gerada pelo calor do metal e pela ação contundente do recuo da arma em disparos encostados.
- e) A presença de zona de tatuagem e de esfumaçamento ao redor de uma lesão de entrada regular, associada à ausência de efeitos térmicos, caracteriza tipicamente os disparos efetuados a longa distância.

34. Durante a investigação de uma denúncia de estupro de vulnerável, a defesa de um suspeito apresenta um laudo médico atestando que o indivíduo é portador de azoospermia congênita, alegando a impossibilidade técnica de comprovação da materialidade da conjunção carnal na vítima. À luz da sexologia forense e das técnicas periciais laboratoriais, assinale a alternativa correta:

- a) A azoospermia do agressor impede a detecção de componentes seminais na cavidade vaginal, uma vez que a ausência de espermatozoides anula a produção e a eliminação de antígeno prostático específico (PSA) e de glicoproteína P30.
- b) O diagnóstico pericial de uma ruptura himenal antiga, caracterizado por apresentar bordas edemaciadas, avermelhadas, dolorosas e recobertas por fibrina, é indicativo indubitável de conjunção carnal recente (ocorrida nas últimas 24 horas).
- c) O hímen complacente, devido à sua espessa estrutura fibrosa e à extrema rigidez de suas bordas, rompe-se ao menor contato físico, de modo que a sua integridade macroscópica afasta a ocorrência de cópula vaginal.
- d) Nas perícias de violência sexual envolvendo agressor vasectomizado ou azoospermico, a comprovação técnica da conjunção carnal recente pode ser obtida por meio da pesquisa química da glicoproteína P30 (ou PSA) ou da fosfatase ácida prostática na cavidade vaginal, visto que tais substâncias possuem origem prostática e continuam presentes no ejaculado desses indivíduos.
- e) A interrupção médica da gestação resultante de estupro exige, sob a óptica legal, a prévia apresentação de autorização judicial e do boletim de ocorrência policial devidamente formalizado.

35. Analisando o cadáver de um homem vítima de agressão por instrumento perfurante de médio calibre, o perito médico-legista observa três padrões de ferimentos distintos em diferentes regiões corporais:

Padrão I: Na região lateral do pescoço, ponto de confluência onde as linhas de tração cutânea correm em sentidos diversos, as lesões apresentam formato triangular, assemelhando-se a pontas de seta.

Padrão II: Na região posterior do tórax, onde as linhas de força cutâneas são paralelas e correm em sentido horizontal, todas as lesões punctórias apresentam-se elípticas, com seus maiores eixos orientados horizontalmente.

Padrão III: Na região anterior do tórax, as feridas têm a aparência clássica de "casa de botão", simulando lesões produzidas por instrumentos perfurocortantes de dois gumes (como um punhal).

Considerando os achados descritos e as leis da traumatologia forense que regem as lesões por instrumentos perfurantes de médio calibre, assinale a alternativa correta:

- a) O padrão I é explicado pela 2ª Lei de Filhos, a qual preceitua que feridas em áreas de tensão multidirecional assumem morfologia estrelada ou poligonal.
- b) O padrão II decorre da Lei do Polimorfismo, que justifica o paralelismo e a simetria de direção das lesões nas regiões corporais com fibras elásticas unidirecionais.
- c) O padrão III demonstra a aplicação prática da 1ª Lei de Filhos, pela qual feridas provocadas por agentes perfurantes de médio calibre mimetizam a forma de botoeira característica dos instrumentos de dois gumes.
- d) As leis morfológicas citadas aplicam-se indistintamente a instrumentos perfurantes de qualquer calibre, incluindo os de pequeníssimo calibre (como agulhas de acupuntura) e os de grande calibre (como vergalhões de construção).

e) A morfologia observada nos padrões I, II e III decorre da contração muscular ativa pós-morte (rigor mortis), sendo independente da elasticidade passiva dermoepidérmica.

LEGISLAÇÃO GERAL

Fábio Ramos

36. Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, analise: é o retorno do aposentado por invalidez, quando os motivos determinantes da aposentadoria forem declarados insubsistentes por junta médica oficial. O referido texto apresentado faz menção a:

- a) reintegração.
- b) Readaptação.
- c) Nomeação.
- d) reversão.
- e) aproveitamento.

37. Considere:

- I – assiduidade;
- II - disciplina;
- III - capacidade de persuasão.

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório por um período de 03 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores, além de outros

Estão corretos os itens, a luz do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I e II, apenas.

38. Clóvis é policial civil da Bahia há 10 anos e resolveu casar com Silvia, neste caso, considerando o estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- a) por 1 dia
- b) por 2 dias
- c) por 8 dias
- d) por 7 dias
- e) por 5 dias

39. A Polícia Civil do Estado da Bahia, unidade integrante da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, passa a ser Órgão em Regime Especial de Administração Direta, , tendo sua organização, estrutura, competências, normas de funcionamento e atividades funcionais de seus membros estabelecidas em ato regulamentar próprio, aprovado mediante decreto do Governador do Estado e sua supervisão. Ela, a luz da LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA e considerando apenas o que está no texto, é subordinada:

- a) A referida Secretaria da Segurança Pública.
- b) Ao Presidente da república.
- c) Ao Governador do estado da Bahia.
- d) Ao secretário de segurança pública.
- e) Ao Ministro de defesa.

40. De acordo com LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA e considerando apenas o que está no texto, São princípios institucionais da Polícia Civil do Estado da Bahia, exceto:

- a) a legalidade;
- b) a hierarquia funcional;
- c) a divisibilidade institucional e da investigação;
- d) a interdisciplinaridade da investigação.
- e) a indelegabilidade das atribuições funcionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Silvio Sande

41. Como consequência do Método das Partidas Dobradas, as contas do Ativo e de Despesas possuem natureza devedora, enquanto as contas do Passivo, Patrimônio Líquido e Receitas possuem natureza credora. Dessa forma, os saldos das contas de Descontos Financeiros Obtidos, Adiantamento a Empregados e Duplicatas Aceitas aumentam quando nelas são efetuados, respectivamente, lançamentos a

- a) débito, débito e débito.
- b) débito, crédito e débito.
- c) crédito, débito e crédito.
- d) crédito, crédito e débito.
- e) crédito, crédito e crédito.

42. Considerando a lógica patrimonial e os princípios de Contabilidade, a aquisição de uma máquina para utilização na produção, com pagamento à vista, é considerada como um fato contábil:

- a) modificativo aumentativo;
- b) modificativo diminutivo;
- c) misto;
- d) misto aumentativo;
- e) permutativo.

43. Analisando as demonstrações contábeis da empresa comercial Amazonas, o contador verificou que no período de um ano o Ativo, que tinha o valor de R\$ 600.000, aumentou em 20%. Já o Passivo Exigível, que tinha o valor R\$ 200.000, reduziu em 30%.

É correto afirmar que nesse período o Patrimônio Líquido da empresa

- a) diminuiu \$ 60.000.
- b) aumentou \$ 120.000.
- c) aumentou \$ 180.000.
- d) aumentou para R\$ 400.000,00.
- e) permaneceu igual.

44. A Cia MANACAPURU S/A adquiriu um veículo para uso administrativo no valor de R\$240.000,00. Sabe-se que a entidade adota o método linear para a depreciação. O setor de Contabilidade determinou valor residual para esse bem de R\$ 48.000,00 e a vida útil de 5 anos. Considere as informações apresentadas e assinale a alternativa que apresenta o saldo da conta depreciação acumulada e o valor contábil líquido do veículo ao final do quarto ano de uso, respectivamente.

- a) R\$ 192.000,00 e R\$ 48.000,00.
- b) R\$ 192.000,00 e R\$ 96.000,00.
- c) R\$76.800,00 e R\$ 48.000,00.
- d) R\$ 192.000,00 e R\$ 86.400,00.
- e) R\$ 153.600,00 e R\$ 86.400,00

45. Considerando as mudanças ocorridas na Contabilidade recentemente, ocorreram alterações na classificação dos grupos e subgrupos das contas patrimoniais. O ativo não circulante passou a ser composto por:

- a) Disponibilidades, Clientes, Estoques e Despesas do Exercício Seguinte.
- b) Disponibilidades, Clientes, Outros Créditos, Tributos a recuperar, Investimentos.

c) Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizados e Diferido.

d) Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

e) Disponibilidades, Estoques, Realizável a Longo Prazo e Permanente.

46. A comercial PARINTINSS/A adquiriu computadores para revenda cujo preço era R\$ 330.000,00, quitando a compra por 300.000,00, no ato, em decorrência do desconto concedido pelo fornecedor, destacado na Nota Fiscal. Considerando as informações recebidas, o registro contábil desta operação, pela PARINTINSS/A, deve ser por ela realizado da seguinte forma:

a) Débito: Compras (Estoque) de Mercadorias 300.000,00

Crédito: Fornecedores 300.000,00

b) Débito: Computadores (Ativo Imobilizado) 300.000,00

Crédito: Caixa 300.000,00

c) Débito: Cadeiras (Ativo Imobilizado) 330.000,00

Crédito: Caixa 300.000,00

Crédito: Descontos Incondicionais Obtidos 30.000,00

d) Débito: Compras (Estoque) de Mercadorias 300.000,00

Crédito: Caixa. 300.000,00

e) Débito: Compras (Estoque) de Mercadorias 300.000,00

Débito: Descontos Incondicionais Obtidos 30.000,00

Crédito: Fornecedores 330.000,00

47. A empresa Tefé S/A publicou em seu Balanço Patrimonial, a conta Ações em Tesouraria. Essa conta deverá ser classificada no seguinte grupo ou subgrupo:

- a) Ativo Circulante.
- b) Patrimônio Líquido
- c) Investimentos.
- d) Intangível.
- e) Passivo Circulante.

48. Na apresentação da Demonstração de Resultado de Exercício (DRE), a Receita Líquida é apurada pela subtração entre:

- a) receita bruta e custo das mercadorias vendidas;
- b) receita bruta e deduções da receita;
- c) receita bruta e despesas operacionais;
- d) receita líquida e custo das mercadorias vendidas;
- e) receita líquida e despesas operacionais

49. Suponha que a Cia Comercial Itacoatiara auferiu, em 2022, uma receita de \$ 100.000,00, da qual apenas 80% foi recebida. No mesmo período, as despesas atingiram o valor de R\$ 60.000,00, das quais foram pagas 50%. Apurando-se o resultado do período pelos regimes de caixa e de competência, teremos os seguintes resultados, respectivamente:

- a) \$ 20.000,00; \$ 40.000,00.
- b) \$ 40.000,00; \$ 20.000,00.
- c) \$ 40.000,00; \$ 50.000,00.
- d) \$ 50.000,00; \$ 40.000,00.
- e) \$ 50.000,00; \$ 50.000,00.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

50. No que se refere aos princípios implícitos da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) Os princípios implícitos não possuem força normativa e não podem fundamentar decisões administrativas ou judiciais, servindo apenas como orientações éticas e políticas sem eficácia jurídica;
- b) Os princípios implícitos são aqueles expressamente previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal, mas que não possuem conteúdo definido pela legislação infraconstitucional;
- c) Os princípios implícitos são aqueles que decorrem da interpretação sistemática do ordenamento jurídico, da construção doutrinária e da evolução jurisprudencial, vinculando a atuação administrativa mesmo sem previsão textual expressa em norma geral;
- d) Os princípios implícitos somente podem produzir efeitos jurídicos se houver lei específica que os regulamente e defina seu conteúdo, não sendo possível sua aplicação direta pela Administração ou pelo Poder Judiciário;
- e) Os princípios implícitos aplicam-se apenas às entidades da administração indireta, não alcançando os órgãos da administração direta dos entes federativos

51. No que se refere à Administração Pública Direta e Indireta, bem como às distinções entre Administração Descentralizada e Administração Indireta, assinale a opção **correta**.

- a) A Administração Pública Direta, no âmbito federal, é composta exclusivamente pela União enquanto pessoa jurídica de direito público, não abrangendo os órgãos integrantes da Presidência da República nem os Ministérios, que possuem autonomia administrativa própria.
- b) A Administração Pública Indireta é integrada por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, todas dotadas de personalidade jurídica própria, distintas da pessoa política instituidora e submetidas a controle finalístico.
- c) Administração Descentralizada e Administração Indireta são expressões equivalentes, pois ambas compreendem todas as entidades e pessoas físicas ou jurídicas que executam atividades administrativas por delegação ou outorga.
- d) As entidades integrantes da Administração Indireta não possuem personalidade jurídica própria, atuando como extensões administrativas da pessoa política que as criou.
- e) Concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos integram formalmente a Administração Indireta, uma vez que exercem atividade administrativa delegada e submetem-se à fiscalização estatal.

52. O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município Alfa editou ato administrativo concedendo licença para funcionamento de determinado estabelecimento comercial. Posteriormente, constatou-se que a competência para a prática do ato era atribuída ao Diretor do Departamento de Licenciamento, órgão hierarquicamente subordinado ao Secretário.

Verificou-se, ainda, que todos os demais requisitos do ato — finalidade pública, forma prescrita, motivo legítimo e objeto lícito — estavam integralmente

presentes, inexistindo prejuízo ao interesse público ou a terceiros.

Diante desse cenário, assinale a alternativa **correta**.

- a) O ato é juridicamente inexistente, pois a ausência de competência impede sua qualificação como ato administrativo, tornando-o incapaz de produzir qualquer efeito no mundo jurídico.
- b) O ato é nulo de pleno direito e jamais poderá ser convalidado, ainda que o vício seja exclusivamente de competência e não haja prejuízo a terceiros ou ao interesse público.
- c) A convalidação produz efeitos apenas a partir do momento em que é formalizada, não sendo possível atribuir-lhe eficácia retroativa.
- d) A convalidação somente pode ser promovida pelo Poder Judiciário, sendo vedado à Administração Pública sanar vícios de seus próprios atos administrativos.
- e) O vício de competência pode ser sanado mediante convalidação pela autoridade competente, desde que não se trate de competência exclusiva e que não haja lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros

53. No que se refere aos poderes administrativos — especialmente aos poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia —, à luz da estrutura organizacional da Administração Pública e das prerrogativas conferidas aos agentes públicos para a consecução do interesse coletivo, assinale a opção **correta**.

- a) O poder de polícia administrativa caracteriza-se pela possibilidade de restringir ou condicionar o exercício de direitos individuais, inclusive o uso da propriedade e o desempenho de atividades econômicas, em benefício do interesse coletivo, sendo-lhe reconhecidos, entre outros, os atributos da discricionariedade, da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- b) O poder disciplinar autoriza a Administração Pública a aplicar sanções administrativas a qualquer particular que descumpra normas legais, ainda que inexistir vínculo jurídico específico entre o sancionado e o Poder Público.
- c) O poder regulamentar confere à Administração Pública competência para inovar na ordem jurídica, criando obrigações primárias não previstas em lei, desde que destinadas à satisfação do interesse público.
- d) O poder hierárquico manifesta-se exclusivamente no âmbito do Poder Executivo, pois apenas este exerce função administrativa típica, inexistindo relação de hierarquia nas estruturas administrativas internas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.
- e) O poder disciplinar e o poder hierárquico são expressões equivalentes, pois ambos têm por finalidade exclusiva a aplicação de penalidades a servidores públicos faltosos

54. No que se refere ao controle legislativo da Administração Pública, considerando suas modalidades política e financeira, bem como as competências do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União, assinale a opção **correta**.

- a) O controle legislativo possui natureza interna, sendo exercido com ampla liberdade política pelo Congresso Nacional, independentemente de previsão constitucional específica.
- b) O Tribunal de Contas da União possui competência para julgar definitivamente as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional apenas homologar essa decisão.
- c) Compete ao Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou ultrapassem os limites da delegação legislativa, configurando mecanismo de controle externo.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito, por possuírem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem decretar prisão preventiva, determinar interceptação telefônica e indisponibilidade de bens dos investigados.
- e) O controle financeiro exercido pelo Legislativo restringe-se à análise contábil das receitas e despesas, não abrangendo aspectos operacionais, patrimoniais ou de economicidade

55. Acerca das causas excludentes e atenuantes da responsabilidade civil do Estado, considerando o regime de responsabilidade objetiva adotado no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção **correta**.

- a) A culpa exclusiva da vítima não interfere na responsabilidade do Estado, uma vez que a responsabilidade objetiva é absoluta e independe das circunstâncias do caso concreto.
- b) O Estado sempre responde pelos danos decorrentes de eventos naturais, ainda que não haja qualquer omissão ou falha na prestação do serviço público.
- c) A culpa concorrente da vítima afasta integralmente a responsabilidade do Estado, tornando-o isento de qualquer obrigação indenizatória.
- d) A força maior não afasta a responsabilidade do Estado, pois a responsabilidade objetiva implica obrigação de indenizar em qualquer hipótese.
- e) O caso fortuito e a força maior são acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis que, por serem externos à atuação administrativa, podem romper o nexo causal e afastar a responsabilidade estatal

56. Com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário tenha concorrido sujeitam-se às sanções, sendo o ressarcimento do prejuízo correspondente à integralidade do dano causado à entidade privada.
- b) Para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, somente será considerado agente público aquele que exercer mandato, cargo, emprego ou função de forma permanente e mediante remuneração nas entidades abrangidas pela Lei.
- c) As disposições da Lei nº 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- d) O particular, pessoa física ou jurídica, que celebrar convênio, contrato de repasse, contrato de gestão,

termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente com a Administração Pública estará sujeito às sanções da Lei nº 8.429/1992, independentemente da origem dos recursos envolvidos.

- e) Nas hipóteses de fusão ou incorporação, a pessoa jurídica sucessora responderá pela reparação integral do dano e pelas demais sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 relativas aos fatos ocorridos antes da fusão ou incorporação, até o limite do patrimônio transferido

57. Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

- a) No diálogo competitivo, os licitantes previamente selecionados deverão apresentar suas propostas definitivas durante a realização dos diálogos, cabendo à Administração escolher, entre elas, aquela que melhor atenda às suas necessidades.
- b) A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum previsto na Lei nº 14.133/2021, devendo ser adotado o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, mediante especificações usuais de mercado.
- c) A Administração poderá criar outras modalidades de licitação além daquelas previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que não realize a combinação entre modalidades já existentes.
- d) A aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e localização tornem necessária sua escolha constitui hipótese de licitação dispensável, sendo desnecessária a avaliação prévia do bem quando a Administração já houver definido o imóvel pretendido.
- e) É dispensável a licitação para contratação que mantenha todas as condições estabelecidas em edital de licitação realizada há mais de um ano, quando as propostas apresentadas tenham consignado preços manifestamente superiores aos praticados no mercado

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

58. A respeito dos estados de emergência, pode-se afirmar corretamente que:

- a) o estado de defesa é decretado pelo Conselho de Defesa Nacional
- b) a decretação do estado de sítio depende de prévia aprovação do Congresso Nacional
- c) durante o estado de defesa, a Constituição pode ser emendada, ao contrário do que ocorre durante o estado de sítio
- d) durante o estado de defesa, admite-se a restrição à inviolabilidade de domicílio
- e) o estado de defesa pode ser decretado por 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período

59. A segurança pública é direito e responsabilidade de todos, e dever do estado. Assinale, sobre o tema, a alternativa ERRADA:

- a) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais
- b) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares
- c) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

60. É cabível a ação constitucional de *habeas corpus*:

- a) contra punições disciplinares militares
- b) para questionar pena de multa
- c) mesmo que já extinta a pena privativa de liberdade
- d) em favor de pessoa jurídica
- e) quando houver ameaça à liberdade de locomoção.

61. O direito à vida:

- a) é constitucionalmente garantido, de forma expressa, apenas aos brasileiros
- b) veda a pena de morte, em quaisquer hipóteses
- c) começa a partir da concepção, por expressa determinação constitucional
- d) é considerado o único direito absoluto
- e) garante não apenas o direito de estar vivo, mas também o direito a uma vida digna

62. Radegunda, Policial Militar, adentrou no domicílio de Childerico, uma vez que avistou, pela janela, que ele estava cometendo o crime de violência doméstica. Efetuada regularmente a prisão em flagrante, a defesa de Childerico alegou que, em se tratando de situação verificada durante o repouso noturno, a entrada no domicílio não poderia ter ocorrido. O juiz da causa, ao analisar a questão, decidiu acertadamente que:

- a) são nulas a prisão e as provas colhidas, já que houve violação à garantia da inviolabilidade do domicílio
- b) são válidas a prisão e as provas colhidas, apesar de ter havido violação à garantia da inviolabilidade do domicílio
- c) são válidas a prisão e as provas colhidas, pois não houve violação à garantia da inviolabilidade do domicílio
- d) é válida a prisão, mas não as provas colhidas, já que houve violação à garantia da inviolabilidade do domicílio
- e) são válidas as provas colhidas, mas não a prisão, já que houve violação à garantia da inviolabilidade do domicílio

63. Compete aos Estados-membros, conforme disposição constitucional:

- a) legislar sobre direito processual penal
- b) explorar os serviços locais de gás canalizado
- c) explorar os serviços públicos de interesse local
- d) legislar sobre trânsito e transporte
- e) emitir moeda

64. Se o Presidente da República cometer crime de responsabilidade:

- a) será processado e julgado pelo Senado Federal
- b) será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal
- c) será processado e julgado pela Câmara dos Deputados
- d) será processado pelo Senado Federal e julgado pelo Supremo Tribunal Federal
- e) não poderá ser processado e julgado

65. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, exceto:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória
- b) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário
- c) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo
- d) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei
- e) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva

DIREITO PENAL

Renan Araújo

66. Um dos princípios norteadores do Direito Penal estabelece que este ramo do direito somente deve ser acionado quando os demais ramos jurídicos se mostrarem insuficientes para tutelar determinado bem jurídico, funcionando o Direito Penal como último recurso do ordenamento, reservado à proteção dos interesses mais relevantes para a coletividade. Essa definição corresponde ao princípio:

- a) da ofensividade
- b) da intervenção mínima
- c) da legalidade
- d) da alteridade
- e) da reserva legal

67. Analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal mais benéfica retroage para alcançar fatos anteriores, ainda que já tenha havido sentença condenatória transitada em julgado.

II – A lei excepcional ou temporária aplica-se apenas aos fatos praticados durante sua vigência, mesmo após cessadas as circunstâncias que a motivaram.

III – A lei penal mais grave aplica-se ao crime permanente, desde que sua vigência seja anterior à cessação da permanência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) apenas I
- c) apenas I e III
- d) apenas II e III
- e) apenas III

68. No curso de inquérito conduzido pela equipe de investigadores da Polícia Civil da Bahia, apurou-se que Marc, cidadão francês, durante viagem à Bolívia, agrediu o cidadão brasileiro Fernando, causando-lhe lesão corporal gravíssima.

Em relação ao crime praticado, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade passiva, sendo hipótese de extraterritorialidade hipercondicionada
- b) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da defesa ou proteção
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade passiva, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada
- e) não será aplicável a lei penal brasileira

69. Sobre consumação, tentativa e institutos correlatos, assinale a alternativa correta:

- a) na desistência voluntária, o agente pode prosseguir na execução do crime, mas opta por interrompê-la; responderá apenas pelos atos já praticados
- b) na tentativa, o agente apenas inicia os atos preparatórios do crime, não chegando a executá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade
- c) considera-se crime impossível apenas quando há ineficácia absoluta do meio empregado
- d) o crime tentado é sempre punido com a mesma pena do crime consumado, reduzida de um a dois terços
- e) o arrependimento eficaz somente é cabível nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa

70. Ao registrar a ocorrência na delegacia, o escrivão de plantão tomou conhecimento de que Larissa, ao final da confraternização de fim de ano de sua empresa, havia levado consigo, por engano, o

presente de amigo secreto destinado à colega Fernanda, acreditando tratar-se do presente que lhe fora destinado. Fernanda, ao verificar as imagens das câmeras de segurança, compareceu à unidade policial para registrar a suposta prática de furto por parte de Larissa.

Diante dos elementos colhidos na investigação, é correto afirmar que houve:

- a) erro de tipo
- b) erro sobre o objeto
- c) erro de proibição direto
- d) erro na execução
- e) erro de proibição indireto

71. Everton, reincidente, mas com circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime de extorsão (art. 158 do CP) a pena de 3 anos e 8 meses de reclusão e multa, por ter constrangido Juliana, mediante grave ameaça, a realizar transferência bancária no valor de R\$ 15.000,00 em seu favor.

Nesse caso, é correto afirmar que poderá ser fixado o regime inicial:

- a) aberto, sem possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- b) aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- c) semiaberto, sem possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- d) semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- e) fechado, por se tratar de reincidente

72. Sobre os crimes contra a vida, assinale a alternativa correta:

- a) no homicídio privilegiado, o juiz pode deixar de aplicar a pena se as consequências do crime atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção se torne desnecessária
- b) o aborto, tipificado no Código Penal, possui apenas formas dolosas, inexistindo modalidade culposa
- c) quem mata mulher por razões da condição do sexo feminino responde por homicídio qualificado pelo feminicídio
- d) não é punível o aborto praticado por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, desde que haja consentimento desta ou de seu representante legal
- e) o infanticídio, por ser crime próprio, não admite concurso de agentes

73. Durante as diligências realizadas em inquérito policial instaurado no âmbito da PCBA, apurou-se que determinado agente, primário mas com maus antecedentes, mediante o emprego de chave falsa, ingressou clandestinamente na residência de sua vizinha e subtraiu uma bicicleta avaliada em R\$ 280,00, quantia que correspondia, à época dos fatos, a cerca de 20% do salário mínimo vigente.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) fato atípico, em razão da insignificância penal da conduta
- b) furto qualificado consumado, com aplicação do privilégio
- c) furto qualificado consumado, sem aplicação do privilégio
- d) furto simples consumado, com aplicação do privilégio
- e) furto simples consumado, sem aplicação do privilégio

74. Ao registrar o boletim de ocorrência, Sérgio, escrivão de polícia da PCBA, tomou conhecimento de que, no dia 22.02.2026, por volta das 19h, Renata retornava do trabalho em um trem lotado, acompanhada de sua filha Beatriz, de apenas 09 anos de idade, quando percebeu que Marcelo se encostava propositalmente às costas da criança, friccionando o corpo contra as nádegas da infante. Diante da reação de Renata, Marcelo foi contido por outros passageiros até a chegada da polícia.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Marcelo configura:

- a) fato atípico, por não ter havido violência ou grave ameaça
- b) crime de estupro de vulnerável
- c) contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor
- d) crime de violação sexual mediante fraude
- e) crime de importunação sexual

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

75. Em determinado processo criminal, o juiz, ao proferir sentença condenatória, fundamentou sua decisão exclusivamente em elementos informativos colhidos na fase de inquérito policial, sem qualquer prova produzida sob o crivo do contraditório em juízo, deixando de indicar quais provas judicializadas corroborariam tais elementos.

Considerando os princípios que regem o processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão está em conformidade com a lei processual penal, uma vez que os elementos colhidos no inquérito policial possuem o mesmo valor probatório das provas produzidas em juízo, dispensando qualquer confirmação judicial.
- b) O juiz não poderá fundamentar sua decisão condenatória exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, em atenção ao princípio do contraditório.
- c) O princípio do contraditório aplica-se exclusivamente à fase pré-processual, não incidindo sobre a instrução em juízo, que se rege pelo princípio da verdade real de forma absoluta.
- d) O princípio da presunção de inocência é incompatível com a decretação de qualquer medida cautelar no curso do processo penal, ainda que devidamente fundamentada.
- e) O princípio do juiz natural permite que a autoridade policial escolha livremente o juízo que processará determinado inquérito, conforme a conveniência da investigação.

76. Durante a tramitação de determinado processo criminal, entrou em vigor nova lei alterando dispositivos do Código de Processo Penal relativos aos requisitos para a decretação de prisão preventiva, tornando-os mais rigorosos para a autoridade judiciária. Na data da entrada em vigor da nova lei, o réu já se encontrava preso preventivamente havia alguns meses, com base na legislação processual então vigente.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta quanto à aplicação da lei processual penal no tempo:

- a) A lei processual penal nova aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, adotando-se, portanto, o princípio do tempus regit actum.
- b) As normas processuais penais somente entram em vigor após decorrido o prazo de vacatio legis de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo vedada sua aplicação imediata aos processos em curso.
- c) Havendo sucessão de leis processuais penais no tempo, aplica-se sempre a lei mais benéfica ao réu, ainda que se trate de norma estritamente processual, em analogia ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- d) A nova lei processual não poderá, em nenhuma hipótese, ser aplicada a processos já em curso, ainda que estes se encontrem em fase anterior à conclusão da instrução criminal.
- e) As normas de natureza processual penal seguem a mesma disciplina das normas de direito penal material, retroagindo sempre que benéficas ao acusado, inclusive quanto a atos processuais já praticados.

77. Um investigado confessou formal e circunstancialmente a prática de crime de estelionato, cuja pena mínima cominada é inferior a 4 (quatro) anos, praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa. O Ministério Público, avaliando o caso, entendeu suficiente e necessária a proposta de acordo de não persecução penal, em substituição ao oferecimento de denúncia.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito do acordo de não persecução penal:

- a) O acordo de não persecução penal poderá ser proposto pelo Ministério Público quando não for caso de arquivamento e desde que o investigado confesse formal e circunstancialmente a prática do crime, sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos.
- b) O acordo de não persecução penal é cabível em relação a qualquer infração penal, independentemente da pena cominada, desde que haja concordância da vítima, dispensando-se a confissão do investigado.
- c) Uma vez proposto pelo Ministério Público, o acordo de não persecução penal é de aceitação obrigatória pelo investigado, não sendo cabível a recusa por parte deste ou de seu defensor.
- d) O acordo de não persecução penal dispensa homologação judicial, sendo o ajuste formalizado exclusivamente entre o Ministério Público e o investigado, com validade imediata a partir da assinatura.
- e) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não gera qualquer consequência processual, uma vez que o instituto tem natureza de mera recomendação, desprovida de efeitos vinculantes.

78. Determinado crime, sujeito à ação penal privada, foi praticado contra vítima menor de idade, que ainda não possuía representante legal constituído para atuar em seu nome no âmbito criminal. Passado o prazo decadencial sem que qualquer providência fosse adotada para o oferecimento de queixa-crime, discutiu-se a possibilidade de atuação do Ministério Público no caso.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito da ação penal privada:

- a) O prazo decadencial para o oferecimento de queixa-crime, nos crimes de ação penal privada, é de 09 meses, contado da data do conhecimento da autoria do fato pelo ofendido ou seu representante legal.
- b) Na ação penal exclusivamente privada, o Ministério Público poderá, a qualquer tempo e por sua exclusiva iniciativa, substituir o ofendido no oferecimento da queixa, independentemente de qualquer omissão deste.
- c) No caso de morte do ofendido, o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, sendo essa uma das hipóteses de sucessão processual expressamente previstas em lei.
- d) A renúncia ao direito de queixa, uma vez manifestada em relação a um dos autores do crime, não se estende aos demais, em razão do princípio da indivisibilidade da ação penal privada.
- e) O perdão do ofendido, concedido a um dos querelados no curso da ação penal privada, produz efeitos apenas em relação a este, não se estendendo aos demais corréus, ainda que estes não o recusem expressamente.

79. No curso de audiência de instrução e julgamento, o réu, devidamente citado e intimado, compareceu perante o juízo para ser interrogado. Ao ser questionado sobre os fatos narrados na denúncia, optou por permanecer em silêncio, não respondendo a nenhuma das perguntas formuladas pelo juiz e pelas partes.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito do interrogatório do acusado:

- a) O interrogatório será realizado antes de ouvidas as demais provas, cabendo ao juiz, obrigatoriamente, interrogar o acusado logo no início da audiência, antes da oitiva de testemunhas.
- b) O silêncio do acusado durante o interrogatório não importará confissão e não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, constituindo exercício do direito ao silêncio assegurado por lei.
- c) O interrogatório é o único meio de prova em que se admite a presença obrigatória de advogado constituído, sendo vedada, em qualquer hipótese, a nomeação de defensor público ou dativo para o ato.
- d) Caso o acusado opte por permanecer em silêncio, o juiz deverá, obrigatoriamente, decretar sua revelia, com o consequente prosseguimento do feito à sua revelia.
- e) O interrogatório do acusado é ato exclusivo da fase de instrução em juízo, sendo vedada, em qualquer circunstância, a realização de interrogatório na fase de inquérito policial.

80. Durante a instrução criminal, uma testemunha arrolada pela acusação, regularmente intimada, deixou de comparecer à audiência designada sem apresentar justificativa. O juiz, então, determinou a condução coercitiva da testemunha para a próxima data de audiência.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito da prova testemunhal:

- a) As testemunhas arroladas pelas partes deverão, obrigatoriamente, prestar compromisso de dizer a verdade, não havendo qualquer exceção a essa regra no ordenamento processual penal.
- b) A testemunha que deixar de comparecer à audiência sem justo motivo não poderá, em nenhuma hipótese, ser conduzida coercitivamente, cabendo ao juízo apenas a aplicação de multa administrativa.
- c) O ofendido, por ostentar interesse direto no desfecho do processo, está impedido de prestar depoimento na qualidade de testemunha, sendo sua oitiva vedada pelo Código de Processo Penal.
- d) Toda pessoa poderá ser testemunha, ressalvadas as exceções previstas em lei, sendo essa a regra geral estabelecida quanto à capacidade para depor no processo penal.
- e) É vedado ao juiz ouvir testemunhas além do número legalmente arrolado pelas partes, ainda que entenda necessário o esclarecimento de fatos relevantes para a decisão da causa.

81. No curso de uma ação penal pública, o Ministério Público, órgão titular da ação penal, atuou desde o oferecimento da denúncia até a fase recursal, exercendo suas funções institucionais na persecução penal, ao passo que a defesa técnica do acusado foi exercida por advogado constituído.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito dos sujeitos processuais:

- a) O assistente de acusação, quando admitido no processo, substitui o Ministério Público na titularidade da ação penal pública, passando a exercer as funções acusatórias com exclusividade.
- b) O Ministério Público, mesmo nas ações penais de iniciativa privada, deverá intervir em todos os termos do processo, sob pena de nulidade, atuando como fiscal da correta aplicação da lei.
- c) O ofendido ou seu representante legal poderá intervir no processo como assistente do Ministério Público, sendo-lhe permitido, entre outras faculdades, propor meios de prova e requerer perguntas às testemunhas.
- d) O defensor do acusado, uma vez constituído, não poderá ser substituído no curso do processo, ainda que o próprio acusado manifeste, de forma inequívoca, seu desejo de constituir novo advogado.
- e) A intervenção do assistente de acusação é vedada nos processos que apurem crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

82. Um investigado foi preso em flagrante pela prática de crime de receptação simples. Ao analisar o auto de prisão em flagrante, o magistrado verificou que, embora presentes indícios de autoria e materialidade, não havia elementos concretos que justificassem a decretação da prisão preventiva, tampouco necessidade de fiança para assegurar o comparecimento do investigado aos atos processuais.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta quanto à liberdade provisória:

- a) Nesses casos, o juiz deverá relaxar a prisão em flagrante, por se tratar de instituto exclusivamente aplicável às hipóteses de ilegalidade da custódia, sendo incabível a concessão de liberdade provisória.
- b) Concedida a liberdade provisória, é vedado ao juiz condicioná-la ao comparecimento periódico do investigado em juízo, por se tratar de restrição incompatível com o instituto.
- c) Ao conceder a liberdade provisória, o juiz está impedido de impor qualquer medida cautelar diversa da prisão, sob pena de desvirtuamento do instituto e violação ao princípio da legalidade.
- d) A liberdade provisória com fiança é cabível apenas para os crimes cuja pena máxima cominada não ultrapasse 2 (dois) anos, sendo vedada sua concessão para crimes mais graves.
- e) A liberdade provisória sem fiança será concedida, entre outras hipóteses, quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato em situação de excludente de ilicitude, ou quando ausentes os requisitos para a prisão preventiva.

83. Em investigação por crime de ameaça praticado no contexto de violência doméstica, o juiz, ao analisar o pedido formulado pela autoridade policial, entendeu ser desnecessária e desproporcional a decretação da prisão preventiva do investigado, optando por impor medida que o afastasse do lar conjugal e o proibisse de se aproximar da vítima.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito das medidas cautelares diversas da prisão:

- a) As medidas cautelares diversas da prisão somente podem ser decretadas cumulativamente com a prisão preventiva, não sendo admitida sua aplicação isolada em substituição a esta.
- b) O juiz poderá, ao aplicar medidas cautelares, decretá-las isoladamente ou cumulativamente, bem como substituí-las ou revogá-las, cabendo ainda, em caso de descumprimento, a decretação da prisão preventiva.
- c) A medida cautelar de afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima não está prevista no rol legal de medidas cautelares diversas da prisão, tratando-se de instituto exclusivo da legislação civil.
- d) As medidas cautelares diversas da prisão, uma vez impostas, possuem caráter definitivo, não podendo ser revistas pelo juízo antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) A decretação de medida cautelar diversa da prisão prescinde de qualquer fundamentação quanto à necessidade e adequação, bastando a existência de indícios de autoria do crime investigado.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

84. Um policial civil foi pego portando ilegalmente duas armas de fogo de uso permitido, ambas com

a numeração raspada. Com base nessa situação hipotética, ele responderá pelo crime de:

- a) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- b) Crime único de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito na forma majorada.
- c) Dois crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito na forma simples
- d) Dois crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- e) conduta atípica

85. Conforme a Lei n.º 9455/1997, marque a alternativa incorreta:

- a) Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de reclusão de um a quatro anos
- b) Se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.
- c) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- d) o efeito da condenação é automático
- e) A tortura é um crime equiparado a hediondo.

86. De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), marque a alternativa abaixo que traga um crime que não é considerado rotulado como hediondo:

- a) Sequestro e o cárcere privado praticado contra criança ou adolescente.
- b) Tráfico de pessoas praticado contra criança ou adolescente.
- c) Comércio ilegal de arma de fogo.
- d) Domínio social estruturado.
- e) Terrorismo

87. Quanto à progressão de regime marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984).

- a) O condenado reincidente em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 30% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- b) O condenado primário em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- c) O condenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- d) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- e) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 70% do total da pena para preencher o requisito objetivo.

88. Um Policial Civil, no exercício da função, ofendeu uma pessoa na rua, durante uma abordagem, chamando-a de preta safada. De acordo com Lei dos Crimes resultantes de Preconceito de Raça e de Cor (Lei nº 7.716/1989), marque a alternativa correta

- a) O Policial Civil não praticou crime.
- b) O Policial Civil praticou o crime de injúria racial simples
- c) O Policial Civil praticou o crime de injúria racial majorada
- d) O Policial Civil praticou o crime de injúria racial qualificada.
- e) O Policial Civil injúria com previsão no Código Penal.

89. Nos termos da lei nº 13869/2019, conhecida como a Lei de Abuso de Autoridade, marque a alternativa incorreta

- a) A lei traz penas restritivas de direitos e a pena de multa.
- b) A ação penal é pública incondicionada e no caso de inércia do Ministério Público cabe a ação penal privada subsidiária da pública.
- c) Os crimes previstos nesta lei só podem ser praticados na forma dolosa e além disso exigem a finalidade específica.
- d) A perda do cargo é um efeito automático e não exige nenhuma condição.
- e) Os crimes de abuso de autoridade são punidos com a pena privativa de liberdade de detenção.

90. Dinho é um traficante que utiliza o comércio de drogas como um estilo de vida. Durante uma investigação feita pela Polícia Civil de MG foi constatado que Dinho, além do tráfico de drogas, financia e custeia o próprio negócio. Com base nessa situação hipotética, julgue as alternativas abaixo e assinale a correta com base na lei nº 11.343/2006.

- a) O prazo de conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é 25 dias.
- b) No caso de colaboração premiada, o colaborador pode ser beneficiado com o perdão judicial e a redução de pena.
- c) A ação controlada, com base na lei de drogas, basta a comunicação prévia ao juízo, não precisando de decisão judicial autorizando.
- d) O porte da maconha para consumo próprio é crime de acordo com o Supremo Tribunal Federal.
- e) O crime de tráfico é crime de mera conduta, ou seja, basta praticar a conduta para se configurar.

91. Um Policial Civil praticou um crime de abuso de autoridade, de acordo com a lei nº 13.869/2019, tendo em vista esse fato ele foi condenado pela prática do crime a pena de detenção e essa foi substituída pela pena restritiva de direito de suspensão do exercício do cargo, que pode ser determinada pelo um período de.

- a) dois meses a seis meses sem perda de vencimentos e vantagens.
- b) três meses a seis meses sem perda de vencimentos e vantagens.
- c) um mês a seis meses com perda de vencimentos e vantagens.
- d) um mês a cinco meses com perda de vencimentos e vantagens.
- e) um mês a oito meses sem perda de vencimentos e vantagens.

92. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ofendida decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce no prazo de

- a) 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- b) 12 (doze) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- c) 4 (quatro) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- d) 5 (cinco) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro

de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

- e) 8 (oito) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

93. Suzana, uma policial da PC BA, analisou os tempos, em minutos, de processamento de 9 boletins de ocorrência eletrônicos, e obteve os seguintes valores:

12, 15, 18, 18, 21, 24, 27, 30, 75

Com base nesses dados, assinale a alternativa correta.

- a) A média aritmética é inferior à mediana e a amplitude é igual a 63.
- b) A média aritmética é superior à mediana e a amplitude é igual a 75.
- c) A mediana é igual a 24 e a amplitude é igual a 63.
- d) A média aritmética é superior à mediana e a exclusão do valor 75 reduz simultaneamente a média e a amplitude.
- e) A exclusão do valor 75 aumenta a média e reduz a amplitude.

94. Uma equipe da PC BA será composta por 4 investigadores dentre 10 disponíveis, devendo obrigatoriamente conter pelo menos 2 mulheres. Sabe-se que, entre os 10 policiais, há 6 homens e 4 mulheres. O número total de equipes distintas que podem ser formadas é:

- a) 108
- b) 112
- c) 115
- d) 120
- e) 125

95. Joana, uma perita da PC BA, avalia o desempenho de duas delegacias com base no número de atendimentos por semana ao longo de um trimestre (13 semanas). Os dados resumidos são:

Delegacia Alpha: Média = 80, Variância = 400

Delegacia Beta: Média = 50, Variância = 225

Joana deseja comparar a dispersão relativa das duas agências. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os coeficientes de variação (CV) da delegacia Alpha e da delegacia Beta, respectivamente, e identifica a mais homogênea.

- a) $CV(\text{Alpha}) = 20\%$, $CV(\text{Beta}) = 15\%$ — Beta
- b) $CV(\text{Alpha}) = 25\%$, $CV(\text{Beta}) = 15\%$ — Beta
- c) $CV(\text{Alpha}) = 25\%$, $CV(\text{Beta}) = 30\%$ — Beta
- d) $CV(\text{Alpha}) = 20\%$, $CV(\text{Beta}) = 30\%$ — Alpha
- e) $CV(\text{Alpha}) = 25\%$, $CV(\text{Beta}) = 30\%$ — Alpha

96. A polícia civil da Bahia está trabalhando em conjunto com setor bancário para combater fraudes bancárias. Assim, os peritos utilizam um algoritmo de detecção de fraudes em transações via PIX. Sabe-se que:

- 2% das transações são fraudulentas;
- o algoritmo detecta corretamente 95% das transações fraudulentas (sensibilidade);
- o algoritmo gera um alarme falso em 3% das transações legítimas (taxa de falso positivo).

Uma transação é selecionada aleatoriamente e o algoritmo emite um alarme. Qual é a probabilidade de que essa transação seja, de fato, fraudulenta?

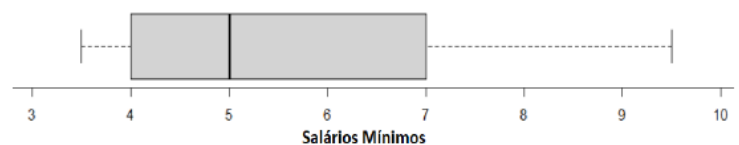
- a) 31,67%
- b) 38,46%
- c) 39,26%
- d) 47,50%
- e) 95,00%

97. Em uma solenidade militar, o perito Adolfo perguntou aos novos investigadores a idade de cada um. Percebeu que curiosamente ao perguntar a idade dos presentes que a média aritmética e a moda (unimodal) das idades 24, 26, 27, 29, 29, 30, X são iguais.

Logo, o perito Adolfo calculou corretamente que o quadrado da idade X é igual a:

- a) 729.
- b) 1444.
- c) 1089.
- d) 1225.
- e) 900.

98. O RH de uma delegacia divulga através de um box-plot o número de salários mínimos todos os p do órgão recebem em um determinado mês.



Diante do exposto, considere que três investigadores desse órgão sejam selecionados aleatoriamente. Pode-se afirmar que a probabilidade aproximada de que pelo menos um deles receba mais do que sete salários mínimos é igual a:

- a) 0,23
- b) 0,45
- c) 0,58
- d) 0,72
- e) 0,82

99. Sejam E e F dois eventos associados a um experimento social. Supondo que $P(E) = 0,5$ e $P(E \cup F) = 0,8$ e $P(F) = k$. Os valores de k que fazem com que E e F sejam mutuamente exclusivos e E e F sejam independentes são, respectivamente:

- a) 0,3 e 0,4
- b) 0,6 e 0,2
- c) 0,5 e 0,2
- d) 0,4 e 0,2
- e) 0,3 e 0,6

100. Os eventos B_1, B_2, B_3 e B_4 formam uma partição do espaço amostral Ω , de tal modo que

$$P(B_k) = k/10$$

em que $k \in \{1, 2, 3, 4\}$.

Diante do exposto, a probabilidade da intersecção dos eventos complementares de B_1, B_3 e B_4 , representada como $P(B_1^c \cap B_3^c \cap B_4^c)$, é igual a

- a) $8/10$.
 - b) $27/125$
 - c) $1/10$
 - d) $3/10$
 - e) $1/5$.
-

Questão Dissertativa 1

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
 - b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
 - c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;
 - d) Autoridades com poder de ordenar a violação domiciliar.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Questão Dissertativa 2

“Esses caracteres, que sem dúvida informam a atuação administrativa, de modo algum autorizariam a supor que a Administração Pública, escudada na supremacia do interesse público sobre o interesse privado, pode expressar tais prerrogativas com a mesma autonomia e liberdade com que os particulares exercitam seus direitos. É que a Administração exerce função: a função administrativa. Existe função quando alguém está investido no dever de satisfazer dadas finalidades em prol do interesse de outrem, necessitando, para tanto, manejar os poderes requeridos para supri-las. Logo, tais poderes são instrumentais ao alcance das sobreditas finalidades. Sem eles, o sujeito investido na função não teria como desincumbir-se do dever posto a seu cargo. Onde, quem os titulariza maneja, na verdade, ‘deveres-poderes’, no interesse alheio.”

Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 31.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 72.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do poder de polícia. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- a) Defina Poder de Polícia.
- b) Cite e explique os atributos do Poder de Polícia.
- c) Apresente as distinções entre Polícia judiciária e administrativa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Questão Dissertativa 3

Mévio, de 24 anos, separado, pai de Caio e Tícia, gêmeos de 3 anos de idade, no fim de semana destinado a ficar com os filhos, é convidado para uma festa de casamento. Não encontrando ninguém para ficar com as crianças e decidido a não perder a festa, Mévio aguarda os filhos dormirem e sai. Mévio fechou a porta do quarto das crianças, bem como todas as janelas do imóvel, a fim de abafar bem o barulho, para que os vizinhos não ouvissem o choro dos filhos, caso acordassem. Mévio permaneceu longe dos filhos por cerca de 5 horas. Quando retornou, já na madrugada, logo que abriu a porta de casa, ouviu o choro de um dos filhos. Chegando no quarto, contudo, notou que a menina, Tícia, estava imóvel, virada de bruços. Ao desvirar a criança, percebeu que ela já apresentava sinais arroxeados. Desesperado, o pai chama o socorro. A criança é levada ainda com vida para o hospital, mas não sobrevive. A criança morreu por asfixia, causada por espasmo do choro. Instaurado inquérito policial, Mévio negou que tivesse deixado os filhos sozinhos. No entanto, as imagens das câmeras de segurança do prédio, solicitadas pela Autoridade Policial, mostraram que Mévio saiu na noite dos fatos, permanecendo por pelo menos 5 horas longe dos filhos.

Considerando o fato típico, seus elementos e a ilustração hipotética, responda:

- a) Diferencie os crimes omissivos próprios dos impróprios.
- b) O resultado morte de Tícia pode ser imputado a Mévio? Fundamente a resposta.
- c) Com relação ao bebê Caio, que nada sofreu, o pai praticou algum crime? Fundamente a resposta.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Questão Dissertativa 4

Durante patrulhamento de rotina em bairro periférico de determinado município baiano, policiais civis abordaram João, que portava consigo 12 (doze) invólucros de maconha, individualmente embalados, com peso total de 35 (trinta e cinco) gramas, além da quantia de R\$ 850,00 em cédulas fracionadas e uma balança de precisão. João, primário e sem antecedentes criminais, alegou que a droga era destinada exclusivamente ao seu consumo pessoal, em razão de sua condição de usuário dependente. Diante da situação, a Autoridade Policial precisa decidir sobre a tipificação da conduta e as providências cabíveis.

Considerando a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e o caso hipotético apresentado, responda:

- a) Diferencie, à luz da Lei nº 11.343/2006, os crimes de porte de drogas para consumo pessoal (art. 28) e de tráfico de drogas (art. 33).
- b) Quais critérios devem orientar a autoridade policial na distinção entre usuário e traficante, inclusive à luz do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 506 (RE 635.659)?
- c) Diante dos elementos do caso narrado (quantidade da droga, fracionamento, valores em espécie e balança de precisão), qual a tipificação mais adequada e quais as providências cabíveis à autoridade policial?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
